



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

*Termo de Convênio que entre si celebram o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e o Município de Senador Pompeu - CE, para os fins específicos que nele se declarem.*

CV Nº 159/2017

Por este instrumento, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambeba, Fortaleza-CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado Primeiro Convenente, neste ato representado pelo Exmo. Sr. Presidente, Desembargador Francisco Gladysson Pontes, por seu Superintendente da Área Judiciária, Dr. Nilsiton Rodrigues de Andrade Aragão e por sua Secretária de Gestão de Pessoas, Dra. Ângela Márcia Fernandes Araújo, e o **MUNICÍPIO DE SENADOR POMPEU/CE**, com sede na Rua Bernardo Cavalcante, nº 6, Bairro Centro, em Senador Pompeu/CE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 07.728.421/0001-82, doravante denominado Segundo Convenente, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. Antonio Maurício Pinheiro Jucá, resolvem celebrar o presente Convênio, mediante as cláusulas e condições a seguir:

*Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal*

O presente Termo fundamenta-se no Parecer da Consultoria Jurídica, datado de 11/01/2017, devidamente aprovado pela Presidência do TJCE, bem como nas disposições do art. 5º, inciso IX, da Lei Estadual nº 15.833, de 27/07/2015 e do art. 116 da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

*Cláusula Segunda – Do Objetivo*

O presente Convênio tem por objetivo estabelecer um sistema de cooperação entre o TJCE e o Município de Senador Pompeu/CE, visando oferecer condições que compatibilizem os altos interesses da Justiça e da sociedade por meio da cessão de estagiários e servidores municipais.

*Cláusula Terceira – Das Prestações Recíprocas*

**I – Do TJCE/ Primeiro Convenente:**

- a) Solicitar a cessão de servidores e estagiários do Município, atendendo às possibilidades do

CV Nº 159/2017



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

testemunhas abaixo, que também o subscrevem.

Fortaleza, 28 de Março de 2017.

---

*Desembargador Francisco Gladysson Pontes*  
PRESIDENTE DO TJCE

---

*Dr. Nilston Rodrigues de Andrade Araújo*  
SUPERINTENDENTE DA ÁREA JUDICIÁRIA DO TJCE

---

*Dra. Ângela Márcia Fernandes Araújo*  
SECRETÁRIA DE GESTÃO DE PESSOAS DO TJCE,

---

*Sr. Antonio Mauricio Pinheiro Jucá*  
PREFEITO MUNICIPAL DE SENADOR POMPEU/CE

Testemunhas: \_\_\_\_\_



ESTADO DO CEARÁ  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

quadro de funcionários municipais, de forma a não prejudicar o funcionamento dos serviços públicos essenciais.

**II – Do Município de Senador Pompeu - CE/ Segundo Convenente:**

- a) Manter à disposição do Poder Judiciário estagiários e servidores municipais, nas condições do Município, assumindo toda a responsabilidade decorrente da cessão dos referidos servidores, inclusive salário e demais obrigações trabalhistas e previdenciárias, decorrentes do vínculo empregatício ou de prestação de serviços autônomos;
- b) Encaminhar ao Tribunal de Justiça a relação dos servidores e estagiários cedidos, para fins de cadastramento no Sistema de Gestão de Recursos Humanos (GRH).

**Parágrafo Único** – A jornada de trabalho dos estagiários e servidores cedidos será de acordo com o estabelecido no contrato ou regime jurídico do Município.

**Cláusula Quarta – Da Vigência**

O presente Convênio terá início na data de sua assinatura e vigorará até 31/12/2020, podendo ser prorrogado, conforme acordo entre os Convenentes, bem como rescindido a qualquer tempo, mediante notificação escrita, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

**Cláusula Quinta – Da Origem dos Recursos Financeiros**

As despesas decorrentes da execução deste Convênio correrão à conta dos recursos próprios do Partícipe cedente.

**Cláusula Sexta – Da Modificação do Convênio**

As partes em comum acordo, quando a exigência das atividades assim o recomendar, poderão modificar e/ou acrescentar cláusulas ao presente CONVÊNIO, desde que a modificação seja para melhoria do funcionamento das atividades do Judiciário.

**Cláusula Sétima – Das Disposições Gerais**

As partes praticarão, reciprocamente, os atos necessários à efetiva execução das presentes disposições, por intermédio dos seus representantes, sendo os casos omissos resolvidos conjuntamente pelos Convenentes.

**Cláusula Oitava – Do Foro**

Fica eleito o foro da comarca de Fortaleza como competente para dirimir qualquer questão proveniente deste Convênio, eventualmente não resolvida no âmbito administrativo.

E, por estarem de pleno acordo, assinam o presente Convênio em 03 (três) vias, na presença das